

Greve longa da UFG cansa professores

A greve dos professores da Universidade Federal de Goiás — UFG — continuará até que o ministro da Educação, José Goldemberg, assinasse um protocolo de intencões garantindo a proposta de reajuste salarial que o próprio Mec fez à categoria para que volte às salas de aula. Essa decisão foi tomada ontem durante a assembléia dos docentes, realizada no auditório da Faculdade de Educação. O movimento que ultrapassou os 90 dias — ontem chegou-se ao 95º de paralisação —, já começa a desgastar os profissionais, pois muitos estão pretendendo retornar ao trabalho, principalmente depois da decisão do Mec em reter o salário de agosto e cortar o setembro.

Alguns professores sugeriram, ontem na Assembléia da categoria, que o movimento chegasse ao fim, pois muitos já se encontram com dificuldades financeiras, e “com a retenção do salário de agosto a situação ficará pior ainda”, relatou o professor Antônio Maya, do Departamento de Comunicação Social. O comando de greve sugeriu, porém, que a paralisação continuasse, pois não houve nenhuma garantia do Mec sobre os reajustes de seus vencimentos.

Com a greve dos professores, os alunos da UFG estão tendo prejuízos na formação, como nunca ocorreu na história de Goiás. Ontem o DCE pediu, na assembléia dos docentes, que o movimento chegasse ao fim, e, entretanto, reafirmou o apoio à greve dos educadores, tendo em

vista que as reivindicações, segundo afirmou o presidente da entidade, Luciana “são justas e o problema é decorrente da política desastrosa do próprio governo federal”, disse.

Os professores decidiram por uma nova assembléia para avaliar, novamente, se voltam ou não ao trabalho. Entretanto, a exigência da categoria, é que o ministro José Goldemberg assinasse o protocolo de intencões garantindo a própria proposta que fez aos docentes. Por outro lado, a categoria reafirmou a convicção de permanecer em greve até que eles obtenham algum avanço na questão salarial, tendo em vista que, durante os 95 dias de paralisação não houve uma contra proposta sobre reajuste salarial. “Essa greve é histórica, por isso não podemos sair sem termos conseguido avanço. É preciso continuar com o movimento, pois temos que ser respeitados em nossos direitos”, disse a professora Ana Lúcia Silva, coordenadora do Comando de Greve.

A proposta do Mec. de reajuste salarial dá ao professor titular, graduado, um piso de Cr\$ 244.449,23; o adjunto ganhará Cr\$ 168.931,55, o assistente Cr\$ 132.663,11 e o docente auxiliar Cr\$ 104.181,26. Os vencimentos deverão ser pagos a partir do mês de agosto, sendo reajustados já no vencimento de setembro. Os docentes querem que o ministro José Goldemberg assinasse um documento garantindo esses valores, pois a proposta somente foi feita de forma verbal.

Diário da Manhã 7-9-91